



PREFEITURA DE MARACANAÚ
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO(A): Secretaria de Educação de Maracanaú	
EMENTA: Orientações para a Matrícula do ano letivo de 2014	
RELATOR(A): Adriana Gomes de Almeida	
PARECER CME Nº 01/2014	APROVADO EM: 23/01/2014

I - RELATÓRIO

As Resoluções CNE/CEB nº 01 e nº 06 de 2010 estabelecem o ingresso de estudantes à pré-escola e ao primeiro ano do Ensino Fundamental somente às crianças que completarem quatro e seis anos de idade até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, sendo esta considerada a "data de corte".

Após a aprovação destas Resoluções foram impetradas Ações Civis Públicas em Pernambuco, Distrito Federal, Bahia e Ceará (Processos nº 0013466-31.2011.4.05.8300, 0062773-18.211.4.01.3100, 1478-40.2012.04.01.3304 e 5207-14.2011.4.01.3303, 0011280-82.2013.4.05.8100), pleiteando a suspensão do disposto naquelas orientações, em especial a "data de corte". O principal argumento é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/1996 estabelece que o ensino fundamental inicia-se aos seis anos de idade, não restringindo a idade segundo o mês em que se completa ano.

Em sua decisão, a Ação Civil Classe 1 (Processo 0011280-82.2013.4.05.8100, que se refere ao estado do Ceará) considera que o limite informado pelas Resoluções "é flagrantemente atentatório ao princípio da isonomia" (página 89).

Em decorrência da decisão acerca da Ação impetrada no Ceará, as redes públicas e privadas de ensino ficam obrigadas a assegurar o ingresso na pré-escola e primeiro ano do Ensino Fundamental de crianças que, "no ano letivo, venham a completar quatro e seis anos de idade, respectivamente, facultada a realização de avaliação pedagógica pela instituição de ensino como critério adicional para matrícula do aluno" (Vara, p. 90).

Assim, conforme essa decisão caberá às escolas e aos sistemas de ensino garantir a matrícula dessas crianças nas turmas correspondentes à sua faixa etária, independente do dia e mês de nascimento.

II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A solicitação encontra amparo na Constituição Federal de 1988, quando afirma que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/1996, quando menciona apenas a idade de início da educação básica, não prescrevendo data de corte.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Na Ação Civil Classe 1 (Processo nº 0011280-82.2013.4.05.8100) da 5ª Vara Federal – Seção Judiciária do Ceará, que suspende os efeitos legais das Resoluções CNE/CEB nº 01 e nº 06 de 2010 ou atos posteriores que reproduzam a mesma ilegalidade.

Ampara-se ainda na Lei 614, de 15/07/98, art. 6º, inciso XII, que estabelece que o CME tem como uma de suas atribuições:

XIII – assistir e orientar aos Poderes Públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;

III - VOTO DO(A) RELATOR(A)

Para solucionar a problemática, cabe estabelecer a correspondência entre o ano escolar do estudante e a sua idade cronológica, de modo a eliminar a distorção idade-ano, conforme segue:

- I. Creche: estudantes de 0 a 3 anos de idade, nascidos a partir de 01/01/2011 até os dias atuais;
- II. Pré-escolar I: estudantes de 4 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2010;
- III. Pré-escolar II: estudantes de 5 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2009;
- IV. 1º ano: estudantes de 6 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2008;
- V. 2º ano: estudantes de 7 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2007;
- VI. 3º ano: estudantes de 8 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2006;
- VII. 4º ano: estudantes de 9 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2005;
- VIII. 5º ano: estudantes de 10 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2004;
- IX. 6º ano: estudantes de 11 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2003;
- X. 7º ano: estudantes de 12 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2003;
- XI. 8º ano: estudantes de 13 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2001;
- XII. 9º ano: estudantes de 14 anos de idade, nascidos entre 01/01 e 31/12/2000.

No ano de 2014, os estudantes das turmas de Creche, Pré-Escolar I, Pré-Escolar II, 1º ano e 2º ano deverão ser matriculados no ano correspondente ao de sua faixa etária, conforme descrito acima, mesmo que o seu histórico de escolarização não atenda ao critério da correspondência idade-ano.

A medida se justifica considerando o disposto nas decisões judiciais conforme referidas acima, e ainda, considerando também ao fato de que a escolaridade, para o acesso a esses anos, não reprova esses alunos.

Caberá as escolas, em cada caso, com o apoio da Secretaria de Educação, adotar as providências necessárias para que lacunas pedagógicas ao processo formativo venham a ser superadas, de modo a contribuir para elevá-lo a aprendizagem adequada à sua idade e ano.

No preenchimento do Histórico Escolar desses estudantes, quando for o caso, deve-se passar um traço no campo correspondente a este ano e no espaço reservado às observações transcrever o texto abaixo:

O ____ ano foi suprido por força do Parecer CME nº 01/2014.

A Secretaria de Educação deverá elaborar Política de Correção de Fluxo que contemple os demais anos de escolarização.

IV – CONCLUSÃO DAS CÂMARAS

Processo aprovado na íntegra pelas Câmaras de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Conselho Municipal de Educação de Maracanaú.

Maracanaú, 23 de janeiro de 2014.


Adriana Gomes de Almeida

RELATOR DO PROCESSO


Antonio Nilson Gomes Moreira
PRESIDENTE DO CME